

## **A Escola Técnica e a Dinamização do Meio**

**Ana Paula dos Santos Pinto**

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Centro de Estudos Africanos – IUL, Portugal

*appafrikua@gmail.com*

### **Resumo**

A noção das barreiras a transpor para uma revitalização do ensino técnico passa também pela consciencialização de toda a sociedade, para que os empresários apostem ativamente na oferta de estágios a formandos, para que as famílias valorizem esta formação, para que participem mais ativamente e de forma positiva no processo educativo, transportando para cada escola um pouco dos benefícios da sua própria cultura, ajudando a fazer de cada escola um exemplo de sociedade humana, humanizada e humanista. A responsabilidade da educação não pertence apenas à escola e à sua comunidade escolar, pertence também ao país e às suas comunidades. Um dos grandes desafios que se colocam às escolas consiste em promover a coesão entre a instituição educativa e o meio envolvente onde esta se encontra inserida.

**Palavras-chave:** escolas técnicas, ensino técnico, comunidades, planos de atividades, parcerias, meio envolvente

### *Technical schools and their environment*

### **Abstract**

The barriers to be overcome in revitalising technical education also involve raising the awareness of society as a whole, so that businessmen are willing to offer internships to students. It will also encourage families to value this training and participate more actively and positively in the education process, taking a little of their own culture to each school and helping to make every school an example of a human, humanized and humanist society. The responsibility for education does not lie only with the school and its community; it also belongs to the country and to its communities. One of the great challenges that schools face is promoting cohesion between education institutions and their environment.

**Keywords:** technical schools, technical education, communities, action plan, partnerships, environment

Desde a década de noventa, e sobretudo após a assinatura dos acordos de paz (1992), Moçambique tem vindo a conhecer grandes transformações. De realçar a passagem de uma economia centralmente planificada para uma economia aberta, a introdução da democracia multipartidária, e os desafios que a força da globalização e da integração económica que caracteriza a economia mundial e regional coloca a Moçambique perante uma crescente competição internacional.

Para vencer estes desafios o país carece de capital humano devidamente qualificado, competente e relevante, tanto para assegurar o desenvolvimento nacional, como para reduzir os níveis de pobreza.

O ensino técnico-profissional tem desempenhado um papel importante e constitui o principal instrumento para formar mão de obra qualificada para os diversos setores económicos e sociais de Moçambique.

Reconhecendo a importância da educação técnica e verificando que a mesma enfrentava graves constrangimentos, nomeadamente limitada capacidade e falta de abrangência geográfica, baixa qualidade e relevância, instalações degradadas, equipamentos obsoletos, formadores insuficientemente preparados, falta de manuais e outros meios de ensino e currículos desajustados face à procura do mercado de trabalho, insuficiente participação do setor privado, a par do setor público, na definição de políticas e na própria gestão do sistema de educação profissional, o governo de Moçambique, com o apoio do Banco Mundial e outros parceiros internacionais, iniciou, na viragem do século, a Reforma da Educação Profissional (REP).

A REP é um programa de longa duração com vista a transformar o sistema de formação existente, baseado essencialmente na oferta, por outro orientado pela procura.

Com esta reforma pretende-se introduzir um sistema de qualificações baseado em padrões de competência, integrado, coerente, flexível e financeiramente sustentável, estabelecer um sistema de avaliação e certificação de competências profissionais independente do sistema de formação, e um novo modelo de gestão das instituições públicas de formação, com um elevado grau de autonomização e maior responsabilização dos gestores, no âmbito de um processo de descentralização das decisões.

O Programa Integrado de Reforma da Educação Profissional (PIREP) constitui a fase piloto e tem como lema: “Educação para o trabalho, competências para a produção, desenvolvimento para o país”. Ele será implementado num período de quinze anos (2006 a 2020) e comporta três fases:

- A fase piloto (2006-2010/11)
- A fase de expansão até 2016
- A fase de consolidação até 2020

Para a execução da REP foram criadas as seguintes estruturas: CI-REP – Comissão Interministerial da Reforma da Educação Profissional,

com funções de orientação política e presidida pelo primeiro-ministro; COREP – Comissão Executiva da Reforma da Educação Profissional, multissetorial, de competências executivas e deliberativa; UI – Unidade de Implementação, principal órgão de execução das políticas, e – Grupo de Aconselhamento, que tem competências consultivas de apoio técnico e interação ao nível da UI e que integra os parceiros da cooperação e as agências doadoras.

Os parceiros sociais (seis representantes: dois das associações de empregadores do setor privado, dois dos sindicatos dos trabalhadores e dois de outras organizações da sociedade civil) são parte integrante em todo o processo da reforma e têm uma participação ativa na COREP (PIREP, 2005, pp. 6-8).

Para que a REP se concretize é necessário que haja uma verdadeira participação ativa dos parceiros sociais, nomeadamente dos empregadores, das organizações da sociedade civil, das famílias, de todas as comunidades, na definição e implementação das políticas para a educação profissional.

### **A escola técnica e o meio envolvente**

A escola é parte integrante da comunidade/meio onde está inserida. Por isso a intervenção da comunidade na vida escolar, o apoio na organização, na procura de soluções para as mais diversas dificuldades, no trabalho educativo e nos desafios, é fundamental para a sobrevivência de toda a comunidade/meio.

Um dos grandes desafios que se colocam às escolas técnicas consiste em promover a coesão entre a instituição educativa (escola/comunidade escolar) e o meio envolvente (comunidade geral) onde esta se encontra inserida, devendo haver uma articulação de esforços para definir o sentido da ação educativa e satisfazer os anseios e as necessidades dos alunos, das suas famílias, da escola e da comunidade em geral.

A formação integral da personalidade do jovem constitui, hoje em dia, uma exigência cada vez maior e não é tarefa exclusiva da escola, pois a família é responsável pela primeira fase da socialização; à família compete iniciar a criança nos padrões de cultura da sociedade a que pertence. É no seio da família que se vai tecendo a identidade pessoal e social da criança, processo a que a escola dará continuidade, sempre em interação dinâmica com o contexto familiar. Cumpre assim, à escola, compatibilizar a diversidade individual e familiar com as exigências socioculturais, mediando a passagem do núcleo primário familiar para o nível macrossocial.

Não cabe à escola substituir-se ao núcleo familiar mas colaborar e apoiar os pais e encarregados de educação no desempenho das suas funções. A escola e a família devem celebrar um pacto educativo orientado para o desenvolvimento humano, que automatize os jovens para a competição e para o exercício pleno da cidadania que a realidade social contemporânea exige.

Para além da família, a escola deve desenvolver parcerias com as outras “comunidades” que fazem parte do meio envolvente. Ou seja, essa parceria deve ser feita com todas as estruturas, envolvendo o setor privado, organizações sociais e civis, o Conselho e a Direção da escola, que devem dar a conhecer, à comunidade, as principais tarefas da educação (MINED, 2010, p. 35).

No âmbito da REP realizou-se em 2008 um encontro com o setor produtivo para melhorar o conhecimento e entendimento sobre o processo de reforma, para se discutir o papel do setor produtivo no apoio à reforma e para se identificar os benefícios que as novas qualificações trarão para o setor produtivo.

Para se garantir qualidade na reforma o setor produtivo deve assumir a liderança na definição e aprovação de unidades de competências, das qualificações e programas, oferecer experiências no local de trabalho e estágios para os estudantes, apoiar na avaliação externa dos estudantes e desenvolver parcerias com os provedores de formação.

Nas parcerias com o setor produtivo a reforma propõe que as novas qualificações estejam de acordo com os requisitos da indústria, sejam baseadas em padrões de ocupação da indústria que definem competências e em unidades contendo elementos de competência, desenvolvidas em módulos de aprendizagem (módulos vocacionais, eletivos e de competências genéricas) que compõem uma qualificação que permita flexibilidade na lecionação, dê crédito à aprendizagem anterior do estudante, permita a acumulação de crédito de módulos concluídos que sejam avaliados de acordo com as unidades nacionais de competência, que possua medidas de garantia de qualidade para validar as unidades de competência e o seu grau de alcance, se ajuste ao novo Quadro Nacional de Qualificações Profissionais e que desenvolva uma forte parceria entre o setor produtivo e a educação (PIREP, 2008, acetato 22).

A promoção da participação do meio envolvente passa pelo reconhecimento, pela valorização e pela comparticipação dos parceiros sociais na “vida” da escola. A ação deve ser conjunta na dinamização, na gestão e na definição dos perfis profissionais. A escola tem de ir ao encontro das expectativas das diversas comunidades do meio onde está inserida diversificando percursos, programas, métodos e pedagogias, assim como disponibilizar diferentes saberes e experiências.

Tendo em conta a missão do ensino técnico-profissional, garantir uma formação científico-técnica de qualidade que permita responder às necessidades de desenvolvimento económico e social<sup>1</sup>, a parceria estabelecida entre ambos (escola e meio envolvente) deve fomentar o desenvolvimento de uma “cultura profissional” que vá além da preparação para uma profissão. Pois os desafios que se colocam às no-

vas gerações não se limitam as exigências do trabalho produtivo mas também à

salvaguarda do ambiente e da utilização dos tempos livres, da vida familiar e da participação social, da recepção e tratamento de quantidades, infindáveis, de informação oriunda dos media, da preservação da saúde e das tradições e culturas próprias (Mussanhane, 2004, p. 3)<sup>2</sup>.

As escolas do ensino técnico servem múltiplas comunidades que escolhem estas instituições para a construção de percursos escolares e educativos, havendo por isso a preocupação de eleger ações (que estão incluídas nos desafios e perspetivas) que mobilizem alunos, docentes e a comunidade em geral, na procura da coesão e unidade de todos os membros da comunidade educativa. Assim, têm organizado as suas atividades de envolvimento com a comunidade/meio em torno de dois eixos: o da convivialidade cultural e o de parcerias. Nesse sentido têm vindo a desenvolver uma série de iniciativas, quer no contexto da comemoração de efemérides relevantes, quer no campo de cooperação com ongs e entidades empregadoras.

### **Envolvimento e parcerias com a comunidade**

O desenvolvimento institucional para o ensino técnico passa por consolidar as parcerias entre o Governo, o setor privado e a sociedade civil.

A escola ao estabelecer parcerias e/ou unidades de produção permite uma efetiva ligação entre a teoria e a prática. Por isso devem-se criar mecanismos com vista a interessar o aluno por uma profissão e ao mesmo tempo estimular um espírito inovador e empreendedor, para que possa por em prática os conhecimentos adquiridos, fabricar objetos, instrumentos e dispositivos técnicos no melhoramento do seu trabalho e profissão. Só existe qualidade de ensino se os alunos tiverem condições para realizar o seu trabalho e se a avaliação dos conhecimentos tiver em linha de conta as competências práticas dos alunos.

As parcerias estabelecidas com os diversos organismos servem também para apoiar o plano de produção (a produção é uma das componentes do processo de ensino e aprendizagem) da escola cujos principais objetivos são tornar útil o trabalho prático e laboral dos alunos para a sua formação politécnica e profissionalizante; melhorar as condições de vida e de trabalho na escola; criar uma autonomia local através de modelos inovadores de financiamento; apoiar a produção nacional reduzindo os encargos do Estado, beneficiando a própria escola (em alimentação, transportes, manutenção escolar, autoinstrução, produção de material didático a partir do local, entre outros) e beneficiando

---

2 Intervenção do Dr. Egas Mussanhane, Presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), no Seminário Nacional do Ensino Técnico-Profissional (2004, p. 3).

outras escolas da região e a comunidade onde está inserida a escola (MINED, 2010, p. 33).

A escola deve incentivar a prática de atividades na promoção do saber-fazer, tendo em conta as especificidades regionais e/ou locais. As práticas produtivas adotadas e otimizadas devem ter em atenção o meio onde se situa a escola, tendo em conta que o que se pretende além da ligação escola-setor empresarial privado, do estreitar relações entre escola e comunidade, de incentivar os alunos a desenvolver a sua formação académica com um carácter profissionalizante, é envolver alunos e professores no esforço de desenvolvimento socioeconómico da comunidade e da região.

A escola deve elaborar ou atualizar um plano de desenvolvimento (*ibid.*, pp. 38 e 39) onde se indica os objetivos e metas a alcançar a médio e longo prazo. Este plano é um instrumento diretor que visualiza as etapas e exigências de cada fase de desenvolvimento, tais como o desenvolvimento de relações com a comunidade educativa e a sociedade em geral.

As escolas do ensino técnico, através dos seus planos, colocam a responsabilidade da formação não só sobre a sua comunidade, mas também assumindo a formação de outras comunidades no domínio da cooperação e difusão. Na prática, asseguram a formação de professores, alunos, auxiliares de ação educativa e administrativa, de pais, encarregados de educação e comunidades em geral.

As ações de operacionalização da missão<sup>3</sup> e visão<sup>4</sup> das escolas técnicas passam por estabelecer, de forma permanente, contatos com os pais/encarregados de educação dos alunos (formação de conselhos de pais, reuniões com os pais/encarregados de educação) e com outras forças vivas da sociedade (diversas estruturas das cidades, Governo, presidentes dos municípios nas comemorações de dias feriados, Dia do Professor, Dia da Mulher Moçambicana, participações em torneios e competições desportivas, exposições, debates, ações educativas de prevenção e combate do consumo de drogas lícitas e ilícitas e das DTS/HIV-SIDA); promover parcerias com as empresas e outras entidades (organização de *workshops*/debates/seminários/palestras, colocação de finalistas para estágio, atribuição de diplomas, realização de visitas); criar geminação com outras instituições técnicas dentro e fora do país (promoção de encontros das escolas e do ensino técnico-profissional, realização de seminários de capacitação psicopedagógica dos docentes).

---

3 "O Instituto Industrial e Comercial 3 de Fevereiro tem como missão formar jovens competentes, técnica e profissionalmente, com elevados valores culturais e morais, que lhes permitam a sua inserção na sociedade" (Missão do Instituto Industrial e Comercial de Nampula, 2010).

4 "Ser uma escola que antecipa as mudanças no ambiente de negócios, prepara profissionais para o futuro e presta serviços de qualidade" (Visão do Instituto Industrial e Comercial de Pemba, 2011).

O envolvimento e a consolidação da ligação escola – comunidade/meio passa por aproveitar as oportunidades (crescente procura dos cursos, aceitação das empresas para estágio dos alunos, surgimento de novas unidades industriais na zona) e saber ultrapassar as ameaças e os pontos fracos (falta de mercado de trabalho para os formados em alguns cursos, insuficiência de empresas/indústrias qualificadas para o estágio dos alunos, atraso de respostas de pedidos de estágio por parte de algumas empresas, fraca participação voluntária e consciente dos pais na vida da instituição, material oficial oneroso e obsoleto).

### **Conclusão**

A escola, para servir de alavanca do desenvolvimento, deverá preocupar-se com a qualidade dos serviços prestados. Isto implica um maior envolvimento e participação das comunidades na vida da escola.

Não sendo este um problema exclusivo das escolas do ensino técnico, ou sequer das diferentes regiões que constituem o país, a noção das barreiras a transpor para uma revitalização do ensino técnico passa também pela administração pública, pelo poder político, pois está nas suas mãos fazer a gestão dos fundos nacionais, a procura de parcerias internacionais, a transformação dos programas, a dinamização da formação e colocação de professores. E, sendo esta uma problemática nacional, não poderemos deixar de fora a consciencialização de toda a sociedade, para que os empresários apostem ativamente na oferta de estágios a formandos, para que as famílias valorizem esta formação, para que participem mais ativamente e de forma positiva no processo educativo, transportando para cada escola um pouco dos benefícios da sua própria cultura, ajudando a fazer de cada escola um exemplo de sociedade humana, humanizada e humanista.

A responsabilidade da educação não pertence apenas à escola e à sua comunidade escolar, pertence também ao país e às suas comunidades.

Uma sociedade só evolui e muda se a escola muda e vice-versa. Agir localmente (na escola) mas pensar globalmente.

## **Referências**

- Estratégia do ensino técnico-profissional em Moçambique 2002-2011: Mais técnicos, novas profissões e melhor qualidade.* (2001). Maputo: Conselho de Ministros.
- MINED – Ministério da Educação/Inspeção Geral da Educação. (2010). *Orientações e tarefas escolares obrigatórias para o período de 2010 a 2014.* Maputo: MINED.
- Mussanhane, E. (2004). Expectativas do sector privado em relação ao ensino técnico-profissional. Intervenção no *Seminário Nacional do Ensino Técnico-Profissional*. Maputo.
- PIREP – Programa Integrado da Reforma da Educação Profissional. (2005). *Educação para o trabalho Competências para a produção Desenvolvimento para o país.* Maputo: PIREP (documento policopiado da primeira reunião ordinária da COREP).
- PIREP – Programa Integrado da Reforma da Educação Profissional. (2008). *Encontro com o sector produtivo.* Maputo: PIREP (documento policopiado).
- Seminário Nacional do Ensino Técnico Profissional.* (2004). Maputo [CD].